

Debates

12 DE DEZEMBRO DE 2022 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Encerra a discussão da PEC 4/22. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de votação nominal do deputado Gilmaci Santos. Coloca em votação nominal a PEC 4/22, em 2º turno.
2 - RICARDO MELLÃO
Encaminha a votação da PEC 4/22, em 2º turno, em nome do Novo.
3 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação da PEC 4/22, em 2º turno, em nome do PSDB.
4 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação nominal a PEC 4/22, em 2º turno.
5 - MONICA DA MANDATA ATIVISTA
Declara a obstrução da bancada do PSOL ao processo de votação.
6 - ANALICE FERNANDES
Declara a obstrução da bancada do PSDB ao processo de votação.
7 - BRUNO GANEM
Declara a obstrução da bancada do Podemos ao processo de votação.
8 - MÁRCIA LULA LIA
Declara a obstrução da bancada do PT ao processo de votação.
9 - GILMACI SANTOS
Declara a obstrução da bancada do Republicanos ao processo de votação.
10 - RICARDO MELLÃO
Declara a obstrução da bancada do Novo ao processo de votação.
11 - RICARDO MADALENA
Declara a obstrução da bancada do PL ao processo de votação.
12 - MILTON LEITE FILHO
Declara a obstrução da bancada do União Brasil ao processo de votação.
13 - MARTA COSTA
Declara a obstrução da bancada do PSD ao processo de votação.
14 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação da PEC 4/22, em 2º turno. Encerra a sessão.
* * *
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente número regimental das Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.
Ordem do Dia.
* * *
- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Discussão e votação em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional nº 4, de 2022, de autoria do deputado Gilmaci e outros.
Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão.
O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Pela ordem, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputado.
O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Solicitar votação nominal, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Nesse momento vou colocar o pedido de votação nominal, solicitado pelo deputado Gilmaci Santos, em votação.
Os Srs. Deputados que forem favoráveis, fiquem como estão. (Pausa.)
Aprovado.
O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Para encaminhar.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB – Em votação. Para encaminhar pela liderança do Novo, deputado Ricardo Mellão.
O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar de a minha voz não ter nenhum eco aqui, até a gente consegue perceber aqui pela postura de vários deputados que não estão prestando atenção, eu preciso aqui reconhecer os deputados, a Professora Bebel, Márcia Lia...
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Mellão, momentinho só.
Eu gostaria que os deputados que estão perto aqui do microfone... nós temos orador na tribuna, por favor.
O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Obrigado, presidente.
Olha, eu fico feliz, e ao mesmo tempo triste, feliz de ver esse plenário tão cheio quanto há muito tempo eu não via, para que a gente pudesse discutir projetos de lei de importância para a população.
Eu estudei Direito na Universidade Mackenzie, tenho boas lembranças das minhas aulas de Direito Constitucional, onde a gente aprendia como funcionava o Estado Democrático de Direito, que o Brasil teoricamente deveria seguir, onde havia uma divisão clara entre três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.
Ele tem as suas funções típicas, como também tem funções atípicas, mas as funções atípicas, infelizmente, quando nós falamos de Poder Legislativo, elas assumem o papel de protagonista.
O fato de essa Casa estar lotada aqui hoje mostra claramente que o papel do legislador, que deveria ser do deputado, e o papel de fiscalizador do Executivo, que deveria ser do deputado, infelizmente há muito tempo, e não é só nesta Casa, é no Congresso Nacional, é no Brasil inteiro, está sendo distorcido.
Aqui, o que nós estamos aproveando é um percentual a mais que os deputados avançam sobre o Orçamento, que é do Poder Executivo. Só que o Poder Executivo, de acordo com a nossa Constituição, foi o poder indicado com a competência típica e primária de fazer a administração e execução do Orçamento e das receitas que são recolhidas pelo pagador de impostos.
É o Executivo que tem essa competência, é o Executivo que tem o corpo técnico de servidores que tem que fazer essa análise, ajuda de um deputado, principalmente na sua região, quando ele se depara com a realidade, obviamente é super bem-vinda.

O deputado deve ser consultado pelo Executivo, ele deve poder sugerir. Mas quando nós falamos em emendas impositivas, nós simplesmente estamos impondo de um poder que não foi constituído para isso estar fazendo uma imposição para que o Poder Executivo obedeça a uma função que seria típica dele.

Nós estamos distorcendo, gente, a divisão de poderes do Brasil, que deveria seguir o Estado de Direito cada vez mais. O Poder Executivo, por exemplo, não é a sua função típica, mas ele pode enviar para cá, e envia constantemente, projetos de lei, só que os projetos são aprovados aqui, são debatidos aqui, são discutidos aqui.

Agora, quando você envia uma emenda impositiva, o Poder Executivo, por exemplo, não pode alegar para um determinado deputado que aquela emenda que ele poderia querer destinar para compra de um equipamento específico para aquela cidade está sendo mais necessária, ao invés de ser na cidade “B”, na cidade “A”.

Não, ele é obrigado a obedecer ao critério do deputado, que a gente sabe que, infelizmente, no Brasil, muitos não seguem critérios técnicos de real necessidade, e sim, infelizmente, critérios eleitoreiros. Acaba sendo destinado para aqueles lugares, não importa se é necessário ali aquilo, e sim se ele terá mais votos naquela região para continuar mantendo o poder deles aqui.

É por isso que nós não vemos em muitas votações deputados aqui, porque estão nas suas regiões preocupados em conversar com a população para fazer essa destinação de emendas, ou quem sabe até, a gente vê em projetos do governo esta Casa também com quórum suficiente, coisa que eu não vejo, por exemplo, em projetos de deputados porque, infelizmente, existe essa relação do deputado, que ele procura com o Executivo para poder ter mais acesso aos recursos do orçamento. É isso o que acontece, gente.

E quando a gente vota aqui em um aumento, que seja de 0,30% do orçamento, das receitas correntes líquidas, para 0,45%, nós estamos aumentando essa distorção do nosso Estado de Direito e nós estamos prejudicando a nossa democracia assim como ela foi constituída, teoria tripartite do poder. Vou citar aqui Montesquieu, que eu aprendi na minha faculdade de Direito.

Infelizmente, é um problema que nós temos diante de um eleitor que desconhece as funções de um deputado. O eleitor, infelizmente - isso é verdade, gente - não conhece a função de um deputado, ele não sabe o que faz um deputado estadual, ele não sabe o que faz um deputado federal, ele não sabe o que faz um senador.

Quando você aumenta esse poder sobre o orçamento, o que o deputado vira? Ao invés de ser um legislador para exercer sua função legislativa, ele vira um mero despachante do Poder Executivo.

Ele é um despachante de assuntos do Poder Executivo diante de uma região ou de um determinado público. Ele vai perdendo o seu papel legislativo. E as pessoas vão votando nele porque sentem que ele agregou valor na vida delas, quando na verdade essa função deveria ser do Executivo.

Infelizmente, nós estamos perdendo. Nós estamos elegend-o deputados que, infelizmente, acabam mais preocupados em definir a destinação, eu não falo por todos, eu estou falando em geral, estou falando do País em geral, isso aqui é apenas um reflexo do que acontece no País em geral e eu sei que tem muitos deputados que fazem boas destinações para equipamentos importantes, onde realmente é necessário.

Mas eu tenho inclusive aqui estudos do Ipea, da Fundação Getúlio Vargas, que foram feitos a respeito desse assunto e que mostram que as emendas parlamentares em geral estão gerando uma desigualdade ainda maior nessa distribuição.

O efeito, em geral, de se dar ao parlamentar mais poder sobre o orçamento executivo está gerando uma distorção porque o deputado, repetindo, de acordo com a Constituição, o cargo de deputado, o parlamento foi criado para legislar, fiscalizar o Executivo, e não tomar uma parte do poder que o Executivo tem e que a Constituição lhe deu como prerrogativa e direito.

Isso é o mal de todo o País, que se reflete, como nós estamos vendo agora, na discussão das emendas secretas, por exemplo, que, claro, aqui obviamente a destinação é transparente na sua origem porque a gente sabe exatamente para onde o deputado mandou, mas, por exemplo, o deputado mandando para um município, como aconteceu aqui, você sabe que deputado fulano mandou para tal cidade.

Agora, uma vez que entrou no caixa daquela prefeitura, o Governo do Estado já perdeu o controle da destinação daquele orçamento, porque o prefeito pode destinar da maneira que ele quiser. Perde-se o controle, perde-se a transparência, mas, obviamente, o caso é muito pior lá em cima, quando nós falamos do governo federal e das emendas do orçamento secreto. Você não consegue nem saber qual é o critério e por que foi indicada aquela emenda e quem indicou.

Isso é algo que nós temos que resolver, no Brasil, para não acabar com a nossa democracia. Nós estamos desorientando o eleitor que, cada vez mais, com as suas necessidades, acaba escolhendo um deputado porque sente que ele agregou valor na sua vida. Seja uma iluminação de LED numa quadra de campo “society”, seja o equipamento necessário num hospital público.

Mas, a partir dali, ele não elege alguém com as qualidades que deveria ter um verdadeiro legislador, com as competências para ser um verdadeiro legislador e representante do pensamento dele nesta Casa, na maior Assembleia de um estado na América Latina.

E aí, a consequência disso é uma distorção, lentamente, não diretamente, silenciosamente, que vai acontecendo no nosso regime democrático do nosso Estado de Direito e da repartição tripartite do poder. Conceitos tão caros a nós, essa divisão. Uma conquista secular que, infelizmente, no Brasil, está encontrando a sua distorção.

Não falo só no Legislativo, como também no Judiciário. Quantos aqui são críticos de quando o Poder Judiciário, também na pessoa que nós vemos atualmente, no STF, invadindo competências do Executivo e do Legislativo também.

A grande verdade é essa. O nosso País, infelizmente, os três poderes, que deveriam ser independentes e harmônicos entre si, é um querendo invadir o espaço do outro. É um querendo tomar o poder do outro. Isso acaba com o Estado Democrático de Direito.

Então, dando início a algo que entendo que deveria ser um passo contrário da nossa parte, não: a gente está ajudando, um pedacinho, mas nós estamos ajudando, infelizmente, a manter essa distorção ocorrendo cada vez mais no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Essa é a minha posição. Votarei contra novamente. Mas, para mim, já ficou claro aqui que a minha voz pouco terá eco.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Mellão.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB – Pela ordem, Sr. Presidente, pela ordem. Para encaminhar por menos de um minuto, em nome da bancada do PSDB.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Para encaminhar, por menos de um minuto, em nome da bancada do PSDB.
Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente deputado Carlão Pignatari, senhores que nos assistem, senhores funcionários. “Ignorantia legis neminem excusat.” (Voz fora do microfone.) Che Guevara? Deve ser. Ou então, São Benedito. Mas o que eu queria dizer é o seguinte, minha gente.

A ignorância da lei não escusa ninguém de cumpri-la. Não tem nada de anormal. Com o brilhantismo que lhe é peculiar, o

deputado Ricardo Mellão fez uma explanação que não corresponde à realidade.

Aliás, com todo o respeito. Porque a votação do PSDB também não foi essas coisas. Mas a votação do Novo foi pior ainda. Desagradou mais os eleitores, ainda, do que o próprio PSDB, o meu partido.

Eu estou na contramão do mundo. Contramão do mundo. Esse negócio de deputado não poder ter carro, sabe por quê? Porque daí só bilionário pode ter carro. E no Novo está cheio de bilionário. Não tem nada disso.

Eu fui ao Japão, representar o Governo de São Paulo, nas quatro províncias irmãs que São Paulo tem no Japão. A colônia japonesa é maior no Brasil do que em qualquer outro país do mundo.

Lá, eu visitei as províncias. E quis saber como que é o funcionamento do Legislativo e do Executivo lá. Sabe o que eu aprendi? Sabe qual é o tempo da sessão legislativa, que nós começamos em fevereiro, paramos em junho, começamos em agosto e vamos até dezembro? Sabe qual é o período deles, lá no Japão, de sessão legislativa? Três meses.

Será que o Japão é um país de gente inculta, burra? É um país subdesenvolvido? É o que, o Japão? Pode nos dar aulas de democracia, inclusive. Sabe o que eles fazem nos outros?

Eles têm três meses de sessão legislativa. Nos outros nove meses, eles têm um de recesso e, nos outros oito, eles cuidam do Orçamento. Visitam as suas bases. Tem gente chique que não gosta de ver pobre. Não gosta; tem gente até que tapa o nariz quando vê pobre. Entendeu?

Mas quem faz política com ânimo, com vontade de servir, sobretudo, aos mais pobres, aos mais sofridos, aos que ficam implorando para tratamento de saúde nos hospitais fechados - esses têm sensibilidade. Não vêm aqui discutir picuinha, filigrana jurídica.

O país está caindo aos pedaços, minha gente. E não é de hoje, nem é de ontem. Depois da década de 50, o Brasil só regrediu, em todos os fatores de avaliação de um país, sobretudo de desenvolvimento.

Nem ganhar no futebol, mais, nós estamos ganhando. Perdemos até para a Croácia; escalamos o Fred para perder o jogo. Minha gente, brincadeira lá parte - e esse não é um assunto para se brincar -, São Paulo investe. Sabe quanto investiu, está investindo neste ano? Vinte e sete bilhões de reais. Sabe quanto está previsto para ser investido no ano que vem? Trinta e um bilhões de reais.

E a gente vem aqui falar de aumentar de 630 milhões para 900 e poucos milhões de reais. É nada. É um grão de areia. Até parece que os deputados estaduais de São Paulo vão mandar no Estado? Que isso? Isso é diminuir a força do nosso mandato, o compromisso nosso com o povo sofrido de São Paulo e do Brasil. Não!

Este projeto é correto, é certo e é fruto de algo muito importante no Parlamento. Não é a imposição da vontade de um, de dois ou de meia-dúzia, com todo o respeito, que nós vamos... Fazer o respeito devido à maioria. Vamos respeitar a maioria, que está aqui presente, sim, para votar o projeto importante, sim, para quem faz o bom uso das suas emendas.

Então, não quero me estender, meu caro Dr. Carlão Pignatari, nosso querido presidente, mas eu quero dizer que esse projeto aqui, inclusive, foi fruto de um entendimento.

Se pretendia dobrar o valor; ia de sete, sete e pouco, para 15. Nós tivemos o bom senso de reduzir. É muito menor do que têm os deputados federais. Os vereadores, agora, também estão tendo cada dia mais.

Então, minha gente, com ânimo, com coragem, com altaneria, vamos prosseguir na nossa caminhada. Nós estamos no caminho certo. Eu me orgulho de ser um deputado regional.

Sou ligado ao funcionalismo público, sem dúvida alguma, por ter sido secretário da Agricultura; sou ligado ao cooperativismo, porque sou e fui cooperativista desde muito tempo; mas sou, com muito orgulho, deputado regional.

Eu quero andar nas ruas das cidades que votam em mim e retribuir esse voto com o suor do meu rosto. Mas principalmente com o espírito aguerrido de lutar pelos nossos municípios, pelo nosso povo e pela nossa gente.

Viva o 0,45, justo para, através de emendas impositivas... Eu fui líder de um governador que me chamou para ser líder de novo. Eu disse: “eu não posso mais ser líder do senhor, Sr. Governador”. “Por quê?”. “Porque o senhor está devendo emendas aos deputados há cinco anos”.

É isso que nós queremos? Ficar ao alvitre dos governadores? Independência para o Poder Legislativo tanto quanto possível. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Obrigado, deputado Barros.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento, estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos, para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA DA MANDATA ATIVISTA - PSOL - Já posso colocar a bancada em obstrução? PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PSOL em obstrução.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente.
O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Analice Fernandes.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - PSDB em obstrução também.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - PSDB em obstrução.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Bruno Ganem.

O SR. BRUNO GANEM - PODE - Para colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Podemos em obstrução. Deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LULA LIA - PT - Partido dos Trabalhadores em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Gilmaci Santos.

O SR. GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Republicanos em obstrução. Ricardo Mellão coloca o Partido Novo em obstrução.

O SR. RICARDO MELLÃO - NOVO - Novo em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Ricardo Madalena coloca o Partido Liberal em obstrução.

O SR. RICARDO MADALENA - PL - PL em obstrução.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputado Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - União Brasil em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - União Brasil em obstrução. A deputada Marta Costa coloca o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Tendo transcorridos os quatro minutos, o sistema eletrônico ficará aberto para que as Sras. Deputadas e Srs. Deputados votem

“sim”, “não”, ou registrem abstenção nos terminais dispostos em suas mesas.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada.

A SRA. EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Para votar “sim”.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não, está no sistema eletrônico ainda.

Mais algum deputado está votando eletronicamente? Patrícia, você está votando?

Abertos os microfones para quem não conseguiu. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento abrem-se os microfones.

Deputado Barros Munhoz, cumprimentá-lo pela lucidez das falas, e pela clareza do que é uma emenda. Porque aqui não tem orçamento secreto, não tem nada. Nós temos emendas que estão publicadas, transparentes, no “Diário Oficial”, para qual município que vai, para atender as nossas demandas.

Parabéns, deputado Barros Munhoz.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quem quiser alterar seu voto de “sim” para “não” e de “não” para “sim”, é neste momento.
* * *

- Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Não havendo deputados, passamos a proclamar o resultado: 74 deputadas e deputados votaram, 68 votaram “sim”, 6 votaram “não”, quórum que aprova em segundo turno a emenda.
* * *

- Em atendimento ao Art. 203, § 6º, do Regimento Interno, o relatório de votação nominal está publicado no portal da Alesp, no endereço eletrônico https://www.al.sp.gov.br/alesp/votacoes-no-plenario/.
* * *

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Deputada Professora Bebel... Ela ia fazer uma comunicação.

Não havendo mais nada a tratar, está levantada a presente sessão.
* * *

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.
* * *

13 DE DEZEMBRO DE 2022 148ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: JANAINA PASCHOAL e CARLÃO PIGNATARI

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - JANAINA PASCHOAL
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DR. JORGE LULA DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - MAJOR MECCA
Por inscrição, faz pronunciamento.
5 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento da deputada Professora Bebel. Cumprimenta o deputado estadual eleito, capitão Telhada, presente no plenário.
7 - CORONEL TELHADA
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Presta condolências pelo falecimento do monsenhor Jonas Abib.
10 - LETICIA AGUIAR
Por inscrição, faz pronunciamento.
11 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Comenta o pronunciamento da deputada Leticia Aguiar.
12 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
13 - GIL DINIZ
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
15 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
16 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
18 - CONTE LOPES
Para comunicação, faz pronunciamento.
19 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Endossa o pronunciamento do deputado Conte Lopes.
20 - FREDERICO D'AVILA
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - CONTE LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento (aparteado pelo deputado Frederico d'Avila).
22 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Comenta o pronunciamento do deputado Conte Lopes.
23 - MAJOR MECCA
Para comunicação, faz pronunciamento.
24 - MAJOR MECCA
Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.
25 - PRESIDENTE JANAINA PASCHOAL
Deferredo o pedido e suspende a sessão às 16h03min.
26 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Reabre a sessão às 16h33min. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
27 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
28 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Tece considerações sobre a pauta da sessão a ser realizada amanhã.
29 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
30 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Comenta política acerca dos professores categoria "O".
31 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
32 - DELEGADO OLIM
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
33 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Deferredo o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 14/12, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Janaina Paschoal.
* * *
- Passa-se ao